

POLÍTICA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA INOVAÇÃO SOCIAL NECESSÁRIA

QUOTA POLICY IN HIGHER EDUCATION: A SOCIAL NECESSARY INNOVATION

Marcela Arantes Ribeiro^a

Carlos Francisco Bitencourt Jorge^b

Marta Lígia Pomim Valentim^c

RESUMO

Objetivo: Inter-relacionar a política de cotas à concepção e desenvolvimento da inteligência social como ferramenta nesse contexto. **Metodologia:** Pesquisa teórica de natureza qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, apresentando uma análise interrelacional entre a inteligência social e o ensino superior público, considerando a complexidade sociocultural da sociedade, analisando a Lei nº 12.711/2012 que possibilita a equidade do acesso ao ensino superior e disponível no site do Governo Federal brasileiro. **Resultados:** Identificou-se a política de cotas como uma inovação social, por caracterizar as demandas sociais e refletir sobre a inteligência social construída pelos indivíduos no contexto das relações respaldadas na diversidade sociocultural, e cujo processo de interação potencializa ações e reações correspondentes às demandas que possam surgir em âmbito organizacional. **Conclusões:** Ao proporcionar o acesso ao ensino superior de modo equitativo, a política de cotas gerenciada por meio da inteligência social, propicia a formação de um quadro de profissionais com perfil sociocultural diversificado. Evidencia-se que há a necessidade constante de fortalecer a diversidade em todos os espaços da sociedade.

Descritores: Inteligência Social. Política de Cotas. Ensino Superior Público. Formação Profissional. Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças sociais ocorrem constantemente, por meio das relações

^a Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: mar_arantes@hotmail.com

^b Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente e Pesquisador da Universidade de Marília (UNIMAR). E-mail: bitencourt@gmail.com

^c Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: valentim@valentim.pro.br

entre indivíduos e o meio em que estão inseridos. As relações sociais permeiam as vivências de cada grupo, bem como sua diversidade social, seja no âmbito local, regional, nacional ou global. É por meio dessas interações que a sociedade se movimenta e se transforma.

Nesse processo de interações dinâmicas, a sociedade apresenta particularidades que evidenciam suas diferenças socioculturais, as formas pelas quais o ser humano se organiza, se relaciona, se percebe e vivencia seu espaço. A partir dessas considerações iniciais, apresenta-se a discussão no âmbito da Ciência da Informação, cuja abordagem se volta para as subjetividades existentes, a fim de compreender o indivíduo inserido em um grupo social, considerando-se o contexto e as experiências adquiridas em ambos os aspectos: individual e coletivo.

Os indivíduos compõem diferentes grupos que, por sua vez, apresentam um tipo específico de organização social e cultural. Nesse sentido, há multiplicidade na maneira de se organizarem, pensarem, informarem e se comportarem no que tange ao processo de socialização.

Em meio a essa complexidade social, tem-se o direito à educação, precedido no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, ao compreender esse direito como universal e em colaboração com a sociedade, passa-se a atender grupos sociais que não tiveram acesso ao ensino superior. No contexto do ensino superior destacam-se as leis de ações afirmativas: o Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal nº 12.288, de 20/07/2010, e as Leis Estaduais que instituem programas de ação afirmativa no ensino superior público e respectivas universidades abrangidas, que determinam a implementação de um modelo de processo seletivo discente que oportunize o acesso a qualquer curso de graduação nas instituições federais de ensino, de grupos sociais historicamente excluídos, seja no âmbito social e/ou etnocultural.

Nesse intuito, torna-se necessário o uso e a aplicação de ferramentas capazes de prospectar e gerar informações sobre os indivíduos e os múltiplos contextos em que estão inseridos, assim a informação estratégica possibilita a geração de inteligência para as instituições de ensino superior tomarem suas decisões e prepararem-se para o processo como um todo.

Nesse contexto, esta pesquisa transversalizada enfoca o uso da informação estratégica para a geração de inteligência, visando o fortalecimento da aplicação da legislação vigente sobre o ingresso de uma população social e culturalmente diversificada no ensino superior, corroborando com a ideia de inovação social, pois possibilita o acesso ao ensino superior, em um modelo democrático que oportuniza de maneira igualitária, sua participação nos processos seletivos discentes em universidades e institutos federais.

Desse modo, o uso da informação estratégica como elemento que subsidia a geração de inteligência que, por sua vez, alicerça a formulação e o estabelecimento de uma política de cotas para o ingresso no ensino superior  o foco desta pesquisa, compreendendo esse contexto como uma inovação social de valor para a sociedade brasileira.

Por se tratar de uma pesquisa voltada à lei de ingresso discente nas instituições federais de ensino público, sua abrangência pode ser compreendida como nacional, uma vez que a Lei 12.711/2012 atende a todo o território brasileiro. Evidencia-se que esta discussão perpassa os campos da Educação e das Ciências Sociais e, nesse sentido, destaca-se a Ciência da Informação como campo científico e social, uma vez que possibilita uma abordagem diferenciada sobre a política de cotas no que tange às demandas informacionais oriundas da sociedade (TUDOR-SILOVI, 1992; MATTELART, 2002; FADEL, 2010).

Na atual conjuntura se faz necessário observar as novas demandas da sociedade, de modo que seja possível atendê-las, mesmo que parcialmente. Considerando-se esse contexto, a presente pesquisa apresenta como questionamento principal:  possível aplicar a gestão de informação estratégica para gerar inteligência como subsídio para formular e estabelecer uma política de cotas no contexto nacional? Com uma abordagem social, a principal contribuição desta pesquisa perpassa pelo fortalecimento da discussão sobre a política de cotas para uma construção social pautada na equidade.

No que se refere ao viés teórico, esta pesquisa fomenta a discussão sobre a informação estratégica, a geração de inteligência e o contexto social. Para tanto, parte-se do princípio de que a política de cotas de ingresso no ensino superior público carece de uma gestão de informação estratégica eficiente.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como uma revisão bibliográfica sobre os temas supracitados, tipologicamente descritiva e exploratória, proporcionando assim maior familiaridade com o assunto e o problema proposto (GIL, 2002). É um estudo de natureza qualitativa, alicerçada na análise e interpretação das homogeneidades e das diferenças no meio social (GOMES, 2016) e na análise de documento primário, a Lei 12.711/2012. O percurso metodológico visa à elaboração de uma interpretação da política de cotas, detalhada na referida Lei, a fim de debater sobre esse fenômeno no contexto social brasileiro.

2 A INTELIGÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE

A complexidade presente no processo de interação social evidencia a necessidade de se reformular e reorganizar as relações sociais, bem como a ascensão de grupos socialmente excluídos. A sociedade brasileira necessita de ações que alinhem as políticas públicas às demandas sociais, de modo a atender os direitos adquiridos constitucionalmente. As políticas públicas devem ser formuladas de modo a atender as necessidades sociais como, por exemplo, o direito à educação, possibilitando a abertura de perspectivas aos indivíduos historicamente excluídos da sociedade.

Weber (1982) destaca que a sociedade está sujeita a leis regulares inter-relacionadas a cultura, a economia, a educação etc., sendo que tais leis não são necessariamente judiciais, pois existem outros tipos de regras subjetivas pautadas nas relações culturais que organizam e mantêm a unidade social.

Nesse sentido, pensar e discutir sobre questões que afetam a sociedade é pautar-se nas relações entre indivíduos e entre indivíduos e o meio em que vivem, inclusive ultrapassando a ideia de espaço físico e adentrando ao virtual. Compreende-se que “[...] a sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações [...]” (SANTOS, 2008, p. 28-29).

O reconhecimento da sociedade com um ser em movimento, ressalta a dinâmica que, de certa maneira, influi nas relações entre os indivíduos. Bauman (2008) reforça esse entendimento ao mencionar que o indivíduo pertencente a

uma dada sociedade é “[...] incapaz de parar, que dirá de ficar imóvel” (BAUMAN, 2008, p. 135). À vista disso, compreende-se que ao mesmo tempo em que surgem novas demandas sociais outras são excluídas, em uma dinâmica que movimenta o interesse dos indivíduos que compõem a sociedade.

A sociedade globalizada amplia suas ações locais e, ao mesmo tempo, rompem suas fronteiras, conforme explica Mattelart (2002, p. 7) “[...] a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica. A efervescência da expansão ininterrupta das inovações técnicas contribuiu para o esquecimento desse fato”.

Mattelart (2002) e Santos (2008) mencionam que há uma inter-relação entre o alcance global de determinado fenômeno e as relações de grupos sociais que compõem determinada sociedade. As leis, as culturas e os contextos estão imbricados a competência do indivíduo em interagir com o outro e com o meio fazendo parte das ações e decisões que movimentam a sociedade.

Ao compreender que as relações na sociedade transversalizam os núcleos sociais e que essas podem ultrapassar os limites do grupo, há de se considerar que,

[...] o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções (LARAIA, 1986, p. 45).

Destaca-se, a partir da compreensão de Laraia (1986), a presença da diversidade cultural no processo de socialização, bem como o conhecimento associado às experiências de vida, de geração em geração, evidencia o favorecimento das inovações e intervenções. Uma vez que as experiências de vida são individuais e compartilhadas no coletivo, a construção de conhecimento perpassa por variáveis socioculturais que, atualmente, se fortalecem na diversidade e na dinâmica da sociedade.

Diante das mudanças no cenário social brasileiro, evidencia-se o desenvolvimento da capacidade de inovação voltada às novas demandas sociais. Essa abordagem vem se apresentando em diversas dimensões da inovação e em diferentes contextos, não se limitando somente ao processo de

desenvolvimento tecnológico, mas também integrando questões socioculturais pautadas nas subjetividades das relações sociais.

Ao pensar em uma sociedade pautada nas relações humanas, há de se considerar que o compartilhamento de conhecimento se torna um ponto fundamental, cuja importância se vincula às necessidades organizacionais. Desse modo, pensar e potencializar uma formação social para os indivíduos que compõem a sociedade, reconhecendo que o fortalecimento social somente ocorre se for respaldado na diversidade, ou seja, as abordagens técnicas e sociais imersas na diversidade otimizam fatores que conduzem para a solução de problemas organizacionais. Nessa perspectiva, ressalta-se o fortalecimento da permanência de organizações com grupos sociais diferentes, em atendimento às mais variadas demandas da sociedade.

Com base nas explicações apresentadas, reconhecer a diversidade na sociedade e relacioná-la à inteligência social, potencializa o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas a resolução de problemas nos diferentes ambientes sociais. Nesse sentido, Harrysson, Metayer e Sarrazin (2012, p. 2, tradução nossa) afirmam que

[...] a inteligência social opera em um plano diferente, identificando as pessoas e suas conversas nos espaços sociais. Sua lógica é que se você puder encontrar os “curadores” e especialistas certos, coletando e canalizando informações vitais e precisas, isso elimina a necessidade de pesquisas extensas em bancos de dados tradicionais e informações publicadas.

Essa discussão apresenta como essência a identificação de informações sobre a relação dos indivíduos em seus espaços sociais e destaca o processo de interação, que fortalece os posicionamentos dos indivíduos, bem como suas tomadas de decisão em múltiplos contextos vivenciados. Desse modo, a inteligência social amplia a compreensão das relações sociais na atualidade expandindo as abordagens das variáveis intangíveis que caracterizam a sociedade.

Tudor-Silovic (1992) argumenta sobre a inteligência social relacionada à sociedade no que tange às questões econômicas de interesse das organizações, por compreender que as relações vivenciadas pelo indivíduo potencializam o desenvolvimento da inteligência, bem como destaca que a diversidade

sociocultural fortalece continuamente essa inteligência que, por sua vez, reflete de modo positivo nas organizações por apresentar caminhos inter e multidisciplinar com base nas diferenças que enfatizam ideias, métodos e técnicas, conduzindo tomadas de decisão que de fato atendam as demandas da sociedade.

As mudanças sociais e culturais ocorrem historicamente, mas atualmente com uma sociedade globalizada, seus reflexos deixaram de ser locais demandando percepções, competências e habilidades que se ajustem às realidades sociais em contínua construção. Ao compreender a inteligência social na diversidade sociocultural que, por sua vez, se consolida nesse universo de discussão, significa definir caminhos para a resolução de problemas que realmente atendam as demandas da sociedade em um determinado contexto socioeconômico e histórico-cultural.

Nesse sentido, ao ampliar discussão, tem-se a compreensão de que “[...] pessoas com alta inteligência social – aquelas que são hábeis em compreender seus próprios estados internos e de outras pessoas, e usam essa compreensão nas relações sociais – em geral são capazes de manter um alto nível de confiança” (YAMAGISHI; KIKUCHI, 1999, p. 155, tradução nossa).

O desenvolvimento de competências e habilidades nos indivíduos transversaliza as relações sociais, por isso há de se compreender que quanto mais diversificado forem essas relações, mais torna-se viável múltiplas percepções diante de determinadas situações. Por essa razão, destaca-se a importância de se reconhecer a diversidade sociocultural em todos os ambientes sociais presentes na sociedade.

Ao compreender que a inteligência social é uma ferramenta capaz de mapear e monitorar as informações oriundas das interações entre indivíduos em diversos contextos e, com isso, identificar múltiplas diversidades e, assim, compreender o coletivo envolto em experiências de vida que se entrelaçam socialmente.

Cronquist (2006, p. 3) discorre que “A inteligência organizacional está relacionada ao conceito de gestão do conhecimento que, por sua vez, está voltada a subsidiar processos individuais”. Esse entrelaçamento com a gestão

do conhecimento possibilita compreender a importância da inteligência como alicerce para a construção de novos conhecimentos, a partir das relações sociais, considerando, ainda, que os conhecimentos são gerados de maneira individual. Essas reflexões são importantes, uma vez que se considera as particularidades dos indivíduos, e as relações sociais e organizacionais são capazes de potencializar a combinação dos conhecimentos individuais.

A gestão do conhecimento pensada como um processo organizacional,  vista de maneira positiva, uma vez que as organizações são compostas por pessoas que fazem parte de uma sociedade em constante mudança. Sendo assim, no atual contexto das relações sociais, debater sobre os processos de gestão nas organizações perpassa pelo reconhecimento da diversidade sociocultural.

Vale ressaltar o fato de que o mundo se encontra, cada vez mais, globalizado e as relações organizacionais e sociais ultrapassam as barreiras físicas. Nessa complexidade, compreende-se a organização voltada para o contexto em que as ações de “Inter-ao, Transação, Retro-ao e Re-ao se articulam em uma ação inteligível em outro nível: a organização, mais especificamente a organização ativa [...]” (MOIGNE, 2000, p. 232).

Esse ciclo abrange as relações organizacionais, tanto na perspectiva micro (relações internas), quanto na perspectiva macro (relações externas). A articulação social, interna e externa, demonstra ações inteligíveis, caracterizando uma gestão voltada para o sujeito, tanto no aspecto individual quanto coletivo. Destaca-se, também, a informação compartilhada nas múltiplas relações que, por sua vez, se tornam insumos às ações organizacionais, por isso, uma gestão pautada no social conduz uma “re-ao” em todas as organizações da sociedade.

Nessa discussão, tem-se como possível conquista para as organizações com a potencialização do processo de inovação, em que “[...] os inovadores de valor são capazes de distinguir os fatores que proporcionam valor superior, em relação àqueles que são a base da competição setorial” (KIM; MAUBORGNE, 2005, p. 14-15). Dessa maneira, compreende-se que para inovar é importante que se considere a criatividade que se desenvolve nas relações sociais

marcadas pela diversidade, bem como a necessidade de qualificação profissional para realização do trabalho. Nesse sentido, o profissional qualificado ganha espaço na discussão para a inovação em uma sociedade diversificada; tal ação comanda a ideia de inovação social quando oportuniza o acesso ao ensino superior de forma igualitária a todos os concluintes do ensino médio.

3 POLÍTICA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM SOCIAL

A sociedade globalizada apresenta-se em processo contínuo de transformação em suas relações, em que as ações internacionais adentram e influenciam as relações locais e vice-versa. Nesse contexto, a educação como um direito universal deve ser ofertada a todos os cidadãos, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes e adultos no caminho para a construção da cidadania e formação de profissionais qualificados que atendam as mudanças da sociedade.

A relevância social da educação para a sociedade, bem como a garantia desse direito a todos está preconizado no Art. 205 da Constituição Federal de 1988: “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, ao tratar da educação nos marcos legais, evidencia-se o direito de todos visto que reflete no exercício da cidadania, bem como na qualificação para o trabalho.

Compreender que uma sociedade composta por cidadãos qualificados profissionalmente, que possam interagir e atender a diversidade da sociedade brasileira, perpassa pela necessidade de tornar os processos de acesso à educação superior fundamentado na equidade social. Nesse contexto e fundamentando-se na compreensão de Tudor-Silovic (1992, p. 79) tem-se que “[...] a inteligência social considerada uma abordagem inter e multidisciplinar que expande ideias, métodos e técnicas, a partir de diferentes áreas”. Assim, além das ações afirmativas que se constituem no reparo das desigualdades históricas e oportunizam aos indivíduos excluídos socialmente o direito de acesso ao ensino superior, cujo processo fortalece toda a sociedade brasileira, destaca-se a interação social e a potencialização da expansão de ideias, seja

pela inter e multidisciplinar, seja pelo contexto social da diversidade que se delinea nos diferenciais de ideias considerando a experiência de vida de cada indivíduo.

Compreende-se que as ações afirmativas consolidam a discussão sobre justiça social, quando se argumenta na perspectiva da igualdade de acesso aos direitos sociais para todos os indivíduos. Nesse contexto, as ações afirmativas, nomeada 'Lei de Cotas para Ingresso no Ensino Superior', comumente conhecida como 'política de cotas para ingressar em universidades públicas federais', possibilitam o ingresso de estudantes do ensino médio de escolas públicas, com renda familiar de um salário-mínimo e meio ou independente de renda, bem como a reserva de vagas para estudantes negros (pretos e pardos), indígenas e por pessoas com deficiência.

Tais prerrogativas estão materializadas na Lei 12.711/2012, alterada pela Lei 13.409/2016, em que o sistema de cotas foi idealizado com vagas "[...] reservadas para diferentes pessoas, as cotas representam um percentual mínimo de vagas para que se alcance um grau moralmente aceitável de igualdade étnica e racial na sociedade brasileira" (CARVALHO, 2016, p. 14). Na política de cotas, nos termos da referida Lei, o ingresso é voltado aos estudantes oriundos de escola pública, posteriormente subdividido em outros critérios. Esse modelo de ingresso perpassa, também, pela compreensão de acesso à educação com base na equidade e humanização, em atenção às demandas de grupos marcados pela diversidade sociocultural brasileira.

Ao considerar o sentido de equidade, pode-se compreender a política de cotas para acesso ao ingresso em instituições públicas pela vertente social, que possibilita aos candidatos de menor renda e/ou de grupos étnicos e/ou pessoas com deficiência vislumbrar uma concorrência nos cursos de graduação que atende e promove a equidade social dentro das demandas dos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, "[...] a teoria da informação é uma ferramenta para o tratamento da incerteza, da surpresa, do inesperado" (MORIN, 2000, p. 201), por mais complexa que seja a compreensão e aplicação dessa ação afirmativa, ela oportuniza o acesso ao ensino superior a todos os concluintes do ensino médio, seja no que se refere a ampla concorrência, seja no sistema de reserva de vagas

nos termos da Lei.

A partir de uma visão crítico-social, a política de cotas constrói e consolida caminhos para a formação profissional integrada ao meio social, que envolve as relações saudáveis e pautadas na diversidade social da realidade brasileira. Outro aspecto que perpassa essa discussão, se refere ao desenvolvimento e aplicação de uma política pública baseada na contextualização e no reconhecimento das desigualdades sociais (ARROYO, 2010).

A política de cotas, mais especificamente a Lei 12.711/2012, apresenta-se como normativa que agrega as demandas de grupos sociais brasileiros com a intenção de oportunizar o amplo ingresso nas universidades. Essa política pública oportuniza a formação de profissionais qualificados de maneira diversificada, no que tange às relações socioculturais, intervindo diretamente no acesso a uma vaga nas universidades e institutos federais, bem como transversaliza a reflexão da importância de estratégias organizacionais voltadas a composição de seus quadros por profissionais diversificados.

A relação de sentido apresentado nas interpretações sociais sobre a política de cotas perpassa múltiplas abordagens, destaca-se a discussão de Carvalho (2016, p. 98) sobre o poder intelectual do indivíduo “[...] não apenas a potência cognitiva (científica e tecnológica, filosófica e psicológica), mas também a consciência estética e a consciência mais integradora que podemos denominar, genericamente, de ética ou de sabedoria de vida”.

Ao relacionar a sabedoria de vida, elemento intangível, com o poder intelectual do indivíduo, possibilita compreender que na relação da diversidade das histórias de vida há a construção e potencialização do conhecimento cognitivo. Dessa maneira, pensar a política de cotas para o ingresso no ensino superior pode significar o fortalecimento das relações para o desenvolvimento do futuro profissional.

Na perspectiva social, Salata (2018, p. 242) discorre que “[...] a expansão do sistema de ensino promoveria uma equalização das oportunidades, reduzindo assim o peso da origem social sobre a escolaridade alcançada pelos indivíduos”. Tal situação vincula-se a aplicação da Lei de Cotas aos candidatos que estudaram integralmente o ensino médio em escola pública, no caso para

ingressar no ensino superior pela Lei 12.711/2012, posteriormente subdivide-se em outros critérios, por isso o efeito de sentido perpassa pela abordagem social com uma tendência.

As cotas se caracterizam como uma possibilidade de ingresso ao ensino superior para estudantes de baixa renda em qualquer curso de graduação, bem como para a construção de uma universidade diversificada, tanto socialmente quanto culturalmente. Além do atendimento ao direito de acesso à educação para todos, compreende-se a política de cotas como um marco na conquista social, por reconhecer a desigualdade de acesso à educação superior com base no contexto sócio-histórico e econômico.

As ações afirmativas possibilitam, todos os anos, o ingresso de estudantes oriundos de diferentes realidades socioculturais em cursos superiores. Vale salientar que o processo de formação dos indivíduos precisa ser contínuo e diferenciado, pois a demanda social por acesso ao ensino superior, de forma democrática, atende necessidades de diferentes tipos de trabalhadores, em uma sociedade em constante mudança em suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e em todos os âmbitos relacionais, sejam locais ou globais.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A realização desta pesquisa perpassa a compreensão interpretativa e interrelacional de duas discussões: a política de cotas para ingresso no ensino superior público e a inteligência social nas relações da sociedade contemporânea. Dessa maneira, o levantamento de dados ocorre nos preceitos da revisão bibliográfica, no campo de discussões da Ciência da Informação, em especial enfocando a análise de documentos, sendo a Lei 12.711/2012 o documento principal de análise com uma abordagem social.

A pesquisa é do tipo descritiva-exploratória, pois “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Nesse sentido, a argumentação delineou a compreensão da importância da política de cotas para o desenvolvimento da inteligência social, seja no âmbito da universidade, seja

no âmbito das organizações ao captarem os egressos, como profissionais diversificados e qualificados.

A pesquisa do tipo descritiva se refere “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Dessa maneira, o estudo inter-relaciona o conteúdo apresentado na Lei 12.711/2012 com a discussão sobre a gestão da inteligência no sentido de retroalimentação.

A Lei 12.711/2012 se caracteriza como o documento da análise que, por sua vez, se vincula à abordagem qualitativa, “[...] seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 45). No sentido de desvelar novos aspectos, projeta-se a discussão da política de cotas de ingresso discente no ensino superior para além do ingresso, ao interrelacioná-la à discussão sobre o desenvolvimento da inteligência social no âmbito da sociedade, evidenciando o egresso como um profissional qualificado e sujeito pertencente a uma sociedade diversa.

Para a coleta de dados, se fez necessário o levantamento de referencial bibliográfico, com vistas a “[...] buscar esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema da pesquisa” (GIL, 2002, p. 61). A partir desse delineamento metodológico, realizou-se uma análise interpretativa dos dados coletados, pautado na compreensão de que “[...] devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social” (GOMES, 2016, p. 72). Dito isso, tem-se o entrelaçamento da argumentação de uma sociedade global da informação, considerando a diversidade sociocultural e impulsionando a inteligência social nos meios de relações entre os sujeitos sociais, bem como demonstra-se as diferenças existentes no meio social, a partir dos grupos sociais atendidos pela lei de cotas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES ACERCA DA LEI DE COTAS FRENTE AO PROCESSO DE INTELIGÊNCIA SOCIAL

A análise da política de cotas a partir da aplicação da inteligência social proporciona ampliar a compreensão sobre o contexto social, estabelecendo uma

leitura pelo viés social. A inteligência perpassa: a consolidação do compartilhamento de conhecimento; compreender o indivíduo como fundamental nas organizações; propiciar maior flexibilidade nas relações. Essas situações, alinhadas ao processo de inteligência, facilitam o nível de comunicação entre os diversos indivíduos que fazem parte das relações intrínsecas da sociedade, proporcionando o compartilhamento de saberes, o desenvolvimento social e caminhos para as inovações, em sentido mais amplo possibilita a quebra da hierarquia social, o que torna a estrutura da sociedade brasileira mais flexível, proporcionando a ampliação dos ganhos coletivos.

No atual contexto da sociedade brasileira, a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, e suas atualizações, para fins de ingresso de estudantes em universidades e institutos federais, estabelecem os critérios de escola pública, renda familiar per capita, pessoa com deficiência e etnia, possibilitando a promoção da diversidade nos cursos e, como reflexo futuro, o ingresso de profissionais diversificados nas organizações.

Ao promover esse fluxo de qualificação profissional em uma sociedade marcada pela diversidade sociocultural, a política de cotas se apresenta como uma inovação social e, uma vez pautada na inteligência social, beneficia toda a sociedade, desde o indivíduo que ascende socialmente até as organizações que os recebem, pois oportunizam de forma igualitária a conquista do trabalho em atendimento às demandas sociais.

5.1 POLÍTICA DE COTAS: UMA ABORDAGEM SOCIAL

A política de cotas para ingresso no ensino superior expande sua contribuição às organizações, possibilitando (re)pensar a estratégia de competitividade e permanência no mercado de trabalho. Nesse sentido, cabe a reflexão sobre sua implantação vinculada à inovação, com resultados positivos para as organizações que desenvolvem uma gestão baseada em inteligência.

A partir da implantação da política de cotas para ingresso no ensino superior, há uma diversidade de profissionais no mercado de trabalho, cujas experiências de vida que influenciam o processo de discernimento e colaboração em uma organização (DAVENPORT, 2006).

Parte-se do pressuposto que diferentes profissionais tendem a fazer a diferença na produção, uma vez que nas relações entre diferentes indivíduos, oportuniza a construção, a socialização e o desenvolvimento de conhecimento, identificando novas formas de fazer negócios. Logo, é importante que todas as organizações estejam imersas nos processos de mudanças sociais vinculadas à necessidade de profissionais qualificados e diversos. Por esse viés, a política de cotas se refere a uma inovação social.

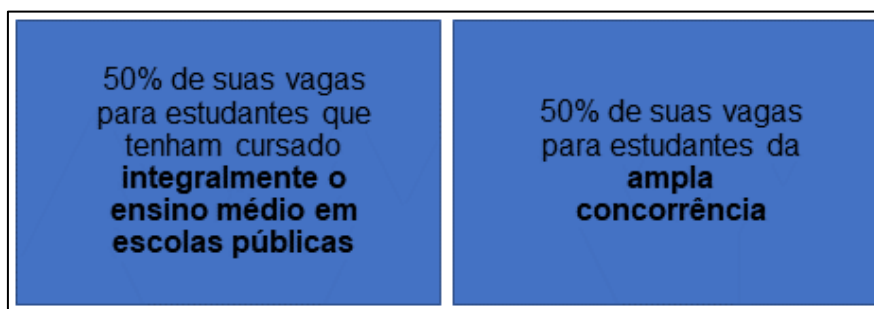
É importante mencionar que, o conceito de inovação social adotado pela presente pesquisa consiste em proporcionar novas maneiras de realizações com a finalidade explícita de rearranjar os papéis sociais ou, proporcionar outros resultados para questões sociais insatisfatórias e problemáticas (LÉVESQUE, 2001). Dessa maneira observa-se que a inovação social proporciona estratégias, métodos e técnicas visando gerar novas oportunidades.

Observa-se que a inovação social pode ser vista por meio de novas tecnologias (produtos ou processos novos ou melhorados), ou inovações geradas no contexto das organizações (mudanças na estratégia, estrutura ou rotina da empresa). Sendo assim, uma inovação social pressupõe uma nova perspectiva capaz de gerar uma melhor qualidade de vida para os sujeitos inseridos em seu universo (POL; VILLE, 2009).

Para transpor os paradigmas construídos é essencial que haja mudança, ou seja, a sociedade está mudando e construindo outros paradigmas, com outras demandas e, portanto, torna-se importante acompanhar as necessidades desta sociedade e supri-las com políticas que atendam as demandas sociais. A política de cotas pode ser uma nova representação desse paradigma, possibilitando acesso ao ensino superior em qualquer curso de interesse do concluinte do ensino médio.

O Art. 1º da Lei 12.711/2012 preconiza o percentual de reserva de vagas nos cursos de graduação (Figura 1):

Figura 1 - Percentual de reserva de vagas nos cursos de graduação



Fonte: Lei 12.711/2012.

Esse fluxo de ingresso do estudante do ensino médio em instituições federais de ensino oportuniza a diversidade social em todos os cursos das universidades e institutos federais. A diversidade social caracteriza as demandas sociais; assim, as múltiplas organizações envolvidas nas relações que geraram a demanda pela política de cotas mantm o fluxo na dinâmica social, uma vez que, após a conclusão do ensino superior, os profissionais ingressam no mercado de trabalho.

Vale ressaltar a importância da informação – especialmente para a população interessada – sobre a atual política de cotas, visto que para ingressar no ensino superior pelas modalidades de vagas reservadas  necessário ter cursado o ensino médio **integralmente** em escola pública, indiferentemente da etnia.

Salienta-se a importância de mecanismos que ajudem de maneira igualitária, as pessoas a se destacarem na construção de seus conhecimentos, retornando à sociedade como profissionais qualificados. Isso é interessante para todas as organizações, uma vez que experiências de vida diversificadas oportunizam a consolidação das organizações em uma sociedade diversa.

No que tange ao ingresso de estudantes no ensino superior por etnia, o Art. 3º da Lei 12.711/2012 dispõe (Figura 2):

Figura 2 - Diversidade tnico-social nos cursos de graduação



Fonte: Lei 12.711/2012.

Note-se que a opção pelo ingresso por tnia ocorre somente para os estudantes concluintes do ensino médio em rede pública, e que optarem por concorrer às vagas reservadas. Considera-se a opção de escolha do candidato como consequência de uma atividade de inteligência, ou seja, o candidato passa a ser capaz de prospectar informações e a aplicando na tomada de decisão.

A experiência de vida do indivíduo é outro importante elemento inter-relacionado ao contexto cultural brasileiro, em que a diversidade sociocultural se consolida diariamente. Desse modo, nota-se a demanda por práticas operacionais e gerenciais que oportunizem a todos, equitativamente, o desenvolvimento do conhecimento e da inteligência, a partir do acesso a espaços sociais, em especial o acesso ao ensino superior. Tal situação está vinculada à ideia da diversidade sociocultural em todos os cursos de graduação, pois acredita-se que, “[...] além das práticas de RH, a liderança e a cultura podem causar uma influência profunda nas redes sociais” (DAVENPORT, 2006, p. 144).

Assim como evidenciado anteriormente, as relações culturais perpassam dentro e fora das organizações e, nesse sentido, há a necessidade de

organizações compostas pelas mais variadas relações, considerando-se o mundo globalizado, tanto nas relações pessoais quanto institucionais.

A diversidade social é uma demanda crescente na sociedade brasileira, logo, também se apresenta como uma demanda das organizações; por isso, defende-se a política de cotas como uma marca da gestão democrática, ao oportunizar o ingresso discente em qualquer curso de graduação aos candidatos que cursaram todo o ensino médio em escola pública.

Embora este estudo considerar apenas alguns aspectos da Lei 12.711/12, cabe registrar a complexidade inerente à sua aplicação, uma vez que atende a uma sociedade complexa. Dessa maneira, a discussão apresentada é passível de releituras e de ampliação no que tange à oferta de melhores condições sociais e educacionais a todos os que compõem a sociedade brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma possível compreensão da Lei 12.711/2012, a política de cotas, e mencionou a gestão democrática como importante ferramenta nesse contexto. A aplicação da inteligência e do conhecimento aliados a política de cotas pode gerar uma inovação social para o ingresso no ensino superior.

Os resultados evidenciam que a política de cotas para ingresso no ensino superior em instituições federais torna-se uma inovação social, quando pensada e adaptada para atender às demandas sociais e, no sentido amplo e cíclico, caracterizando como um vasto universo para a aplicação da gestão da inteligência social.

A partir da análise realizada, pode-se concluir que, para discorrer sobre essa temática, se faz necessário reconhecer toda a diversidade da sociedade brasileira, bem como o potencial dessa diversidade na discussão sobre a inteligência social em todas as relações em diversos ambientes, inclusive os organizacionais. Assim, compreende-se que a inteligência social ao compreender demandas da sociedade e das organizações, no que tange às mudanças sociais, transversaliza como uma potencializadora da política de cotas no atual contexto socioeconômico.

Dessa maneira, a inteligência social atua na compreensão de uma sociedade em constante transformação e com características socioculturais que favorecem o desenvolvimento de competências e habilidades nos indivíduos a partir das relações, trocas de experiências e tomadas de decisões que reverberam atualmente nos mais variados ambientes.

A partir da compreensão sobre a inteligência social fundamentou a discussão para a promoção de acesso aos direitos sociais, a exemplo da educação, fortalecendo o ciclo em que atende as demandas de grupos da sociedade brasileira, de forma direta ou indiretamente, os micros e macros interesses de todos.

Neste estudo, portanto, apresentou-se uma reflexão, pelo viés social, acerca de relações que possibilitam o ingresso em cursos de graduação de forma igualitária, atendendo à diversidade social. Posteriormente à conclusão do curso superior, esse fato se reflete nas organizações, uma vez que cada vez mais se demanda profissionais com perfil sociocultural diversificado e qualificado, tornando assim a inteligência social uma importante ferramenta.

Por ser uma abordagem inicial, esta reflexão está aberta a contribuições que possam melhorar e fortalecer a compreensão da gestão da inteligência como ferramenta de inovação no contexto da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas Educacionais e Desigualdades: À Procura de Novos Significados. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.

CARVALHO, J. J. de. **A política de cotas no ensino superior**: ensaio descritivo e analítico do mapa das ações afirmativas no Brasil. Brasília: INCT, 2016.

CRONQUIST, B. **Organizational Intelligence**: a dynamic knowledge creating activity embedded in organizational routines. *In*: researchgate.net. January, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228486122_Organizational_Intelligence_a_dynamic_knowledge_creating_activity_embedded_in_organizational_routines. Acesso em: 6 dez. 2020.

DAVENPORT, T. H. **Pense fora do quadrado**: descubra e invista em seus talentos para maximizar resultados da sua empresa. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2006.

FADEL, B.; ALMEIDA, C. C. de; CASARIN, H. de C. S.; VALENTIM, M. L. P.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BELLUZZO, R. C. B. Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, Marta Lúgia Pomim (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-32. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110767>. Acesso em: 3 jan. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

HARRYSSON, M.; METAYER, E.; SARRAZIN, H. How 'social intelligence' can guide decisions. **McKinsey Quarterly**, nov. 2012. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/technology-media-and-telecommunications/our-insights/how-social-intelligence-can-guide-decisions#>. Acesso em: 27 abr. 2021.

KIM, W. C; MAUBORGNE, R. A lógica estratégica de alto crescimento. *In*: RODRIGUEZ, M. V. R (org.). **O valor da inovação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LÉVESQUE, B. **Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres?** *In*: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS, 2001, Montreal. Cahiers du CRISES, 2001. v. 0205. Disponível em: <https://depot.erudit.org/bitstream/004204dd/1/1-03-2002.pdf> . Acesso em: 29 mar. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MORIN, E. MOIGNE, J. L. L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

POL, P.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, [S.l.], v. 38, n. 6, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SALATA, A. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125482>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TUDOR-SILOVIC, N. Inteligência como recurso social e empresarial. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 79-91, jan./dez. 1992. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92207>. Acesso em: 28 abr. 2021.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

YAMAGISHI, T.; KIKUCHI, M. Trust, gullibility, and social intelligence. **Asian Journal of Social Psychology**, [S.l.], p. 145-161, 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-839X.00030>. Acesso em: 26 abr. 2021.

QUOTA POLICY IN HIGHER EDUCATION: A SOCIAL NECESSARY INNOVATION

ABSTRACT

Objective: Interrelate the quota policy to the conception and development of social intelligence as a tool in this context. **Methodology:** Theoretical research of a qualitative nature, descriptive and exploratory, presenting an interrelation analysis between social intelligence and public higher education, considering the sociocultural complexity of society, analyzing Law No. available on the Brazilian Federal Government website. **Results:** The quota policy was identified as a social innovation, as it characterizes social demands and reflects on the social intelligence constructed by individuals in the context of relationships supported by sociocultural diversity, and whose interaction process enhances actions and reactions corresponding to the demands that may arise at an

organizational level. **Conclusions:** By providing equitable access to higher education, the quota policy managed through social intelligence provides the formation of a cadre of professionals with a diverse sociocultural profile. It is evident that there is a constant need to strengthen diversity in all areas of society.

Descriptors: Social Intelligence. Quota Policy. Public Higher Education. Professional Qualification. Diversity.

POLÍTICA DE CUOTAS EN EDUCACIÓN SUPERIOR: UNA INNOVACIÓN SOCIAL NECESARIA

RESUMEN

Objetivo: Interrelacionar la política de cuotas con la concepción y desarrollo de la inteligencia social como herramienta en este contexto. **Metodología:** Investigación teórica de carácter cualitativo, descriptivo y exploratorio, presentando un análisis de interrelaciones entre la inteligencia social y la educación superior pública, considerando la complejidad sociocultural de la sociedad, analizando la Ley nº 12.711/2012 disponible en el sitio web del Gobierno Federal de Brasil. **Resultados:** La política de cuotas fue identificada como una innovación social, ya que caracteriza las demandas sociales y reflexiona sobre la inteligencia social construida por los individuos en el contexto de las relaciones sustentadas en la diversidad sociocultural, y cuyo proceso de interacción potencia acciones y reacciones correspondientes a las demandas que pueden surgir a nivel organizacional. **Conclusiones:** Al brindar un acceso equitativo a la educación superior, la política de cuotas gestionada a través de la inteligencia social proporciona la formación de un cuadro de profesionales con un perfil sociocultural diverso. Es evidente que existe una necesidad constante de fortalecer la diversidad en todos los ámbitos de la sociedad.

Descriptores: Inteligencia Social. Política de Cuotas. Educación Superior Pública. Formación Profesional. Diversidad.

Recebido em: 20.09.2021

Aceito em: 09.04.2022